



Ata da Sessão Plenária Ordinária nº 37 do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina, realizada em catorze de novembro do ano de dois mil e catorze, na Sala de Comissões nº01 da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis – SC.

1 Às catorze horas e quinze minutos do dia catorze de novembro de dois mil e catorze, na Sala de
2 Comissões nº01 da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis – SC,
3 reuniu-se o Plenário do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina – CAU/SC, em
4 Sessão Ordinária número trinta e sete. Presente o Presidente do CAU/SC, Arquiteto e Urbanista
5 **RONALDO DE LIMA**, os senhores Conselheiros Estaduais Arquitetos e Urbanistas **ADEMIR**
6 **BOGONI**, **ANDRÉ SERAFIM**, **CEZAR FRANCISCO CIARINI**, **DÉCIO GOMES GÔES**, **GIOVANI**
7 **BONETTI**, **FÁRIDA MIRANY DE MIRA**, **MARCOS ALEXANDRE JOBIM** e **SÔNIA SUZETE ROESE**,
8 os Arquitetos e Urbanistas **AMÉRICO ISHIDA**, **CAROLINA PEREIRA HAGEMANN**, **DIEGO**
9 **FERMO**, **EVERSON MARTINS**, **FERNANDA MARIA MENEZES**, **FRANKLIN HORACIO URRESTA**
10 **ORBES**, **INDIO NEGREIROS DA COSTA**, **JULIO CEZAR DE ABREU SANTOS**, **LEONARDO**
11 **HENRIQUE DANTAS**, **LUIZ FERNANDO MOTTA ZANONI**, **MARCELO MANNRICH**, **MAURICIO**
12 **ANDRIANI**, **PATRICIA DEL CORNO MOSCHEN**, **PATRICIA FIGUEIREDO SARQUIS HERDEN**,
13 **RAFAELA WEIGERT MONTEIRO**, **RODRIGO KIRCK REBÊLO**, **SÉRGIO OLIVA**, **SILVIA RIBEIRO**
14 **LENZI** e **WALESKA CRISTINA STANDKE**, o visitante **JONATHAN PORTMANN**, a Assessora de
15 Imprensa **SARA CAPRARIO**, os empregados do CAU/SC, Gerente Geral **MÁRCIO BITTENCOURT**,
16 a Ouvidora **ROSANA CERVO**, a Assessora Especial **JANE PILOTTO**, os Advogados **GUILHERME**
17 **DUTRA**, **GUSTAVO SOUZA SANTOS** e **ISABEL LEONETTI**, o Assistente de Comissões **LUIZ**
18 **ANTÔNIO NUNES**, as Secretárias **TATIANA MOREIRA FERES DE MELO** e **BRUNA PORTO**
19 **MARTINS**. Ressalta-se a ausência justificada do Conselheiro **JORGE RAINESKI**. Após a
20 verificação e constatação da existência de quórum, o Presidente agradeceu a presença de todos,
21 lembrou os presentes de silenciar os celulares e de se identificarem antes de qualquer
22 contribuição. Em seguida apresentou a pauta da reunião e solicitou inclusão no item 7.
23 **APRESENTAÇÃO E VOTAÇÃO**, dos itens **c) Ato oficial de inauguração da sede, encerramento**
24 **dos trabalhos da gestão e posse dos novos conselheiros no dia vinte e seis de dezembro**, e
25 exclusão do item **a) Distribuição de processos éticos**. O Conselheiro Décio disse que embora a
26 pauta esteja extensa, lembrou que é um período pós-processo eleitoral, que houve uma eleição, e
27 que existem questões que precisam ser avaliadas, de como serão encaminhados procedimentos
28 a serem corrigidos no futuro. Salientou que não quer polemizar, mas que acha que se deve
29 marcar em qual momento será discutido as questões referentes àquele pleito. Disse que tem um
30 encaminhamento para propor e que gostaria de um espaço para discutir o assunto, e esclarecer
31 o que tem que ser esclarecido. Disse que acha que não fica bem para o CAU/SC não discutir esse
32 problema, que é o futuro do CAU. Ressaltou que é necessária maturidade, seriedade,
33 companheirismo e responsabilidade com a categoria, de modo que não deixe essa questão ficar
34 mal resolvida. O Presidente explicou que está previsto no item 6. Relato das Comissões, um
35 relato da Comissão Eleitoral, e que a partir deste relato podem ser feitos os encaminhamentos
36 necessários. Encaminhada para votação, a pauta foi aprovada por unanimidade com as devidas
37 alterações. O Presidente abriu para discussão o item **1. Aprovação da Ata da Reunião**
38 **Ordinária do dia dez de outubro de dois mil e catorze**. O Conselheiro Giovani se manifestou
39 contrário à aprovação da ata como ela está, solicitando, assim como solicitado anteriormente por
40 e-mail, que ela obedeça ao rito correto, pois foi aprovada uma deliberação sem quórum, e fora da
41 pauta de votações. Salientou que o tema não foi incluído inicialmente como extra pauta, não



42 entrou nas votações, e foi votada no momento de manifesto dos conselheiros. Lembrou que
43 anunciou que se ausentaria, e que naquele momento o quórum estava comprometido em função
44 de sua saída, que foi anunciada e que inclusive está na gravação de áudio da reunião. Explicou
45 que discorda desse item como deliberação plenária, disse que pode ser uma sugestão ou uma
46 indicação, pois num momento democrático, quatro conselheiros não podem decidir por dez,
47 demonstrando assim uma inconsistência moral nessa questão. O Conselheiro Ciarini solicitou
48 alteração da redação na linha 284, onde diz que o *“(...) o vice-presidente declarou que com*
49 *aprovação unanime dos presentes, há a recomendação de não realizar a reunião antes das*
50 *eleições(...)”*, indicando que fosse corrigido de acordo com a verdade da reunião e solicitou que
51 fosse redigido para *“(...) o vice-presidente declarou que com aprovação unanime dos presentes, foi*
52 *deliberado não realizar a reunião antes das eleições(...)”*. O Presidente Ronaldo explicou que foi
53 tomado o cuidado na hora de redigir a ata, e solicitou que o áudio da reunião fosse passado para
54 esclarecer esse ponto. O Suplente de Conselheiro, Arquiteto Sergio Oliva, solicitou ao Presidente
55 o uso da palavra antes da passagem do áudio. Concedida a palavra, o Suplente Sérgio disse que o
56 Regimento prevê que existem ferramentas dentro do Conselho, que se o Presidente identificar
57 um ilícito dentro da Plenária, ele pode sim suspender uma decisão plenária, então nós não
58 podemos corrigir a verdade que aconteceu naquela reunião, a ata deve ser aprovada na sua
59 íntegra, porque os fatos aconteceram, e aconteceram daquela maneira, e reforçou que o
60 regimento prevê que se o Presidente não concordar e tiver constatado o ilícito, ele deve
61 suspender a decisão e apresentar sua justificativa no plenário seguinte. Disse aos conselheiros
62 que gostaria que aprovassem a ata como ela está, explicou que aconteceu o que está descrito na
63 ata, que o Conselheiro Bonetti manifestou seu voto, se ausentou e a reunião continuou,
64 salientando que nenhum dos conselheiros presentes naquele momento solicitou quórum para
65 verificar a deliberação. Reforçou que se existe algum ilícito, o ato que deve ser tomado é de
66 suspensão da decisão pelo Presidente. O Presidente lembrou que o Arquiteto Oliva e ele próprio
67 não estavam naquela reunião, e que estavam presentes dois conselheiros suplentes que não
68 estão participando hoje. Assim, o Presidente explicou que, para corrigir a ata e conhecer a
69 verdade dos fatos é preciso submeter à plenária os fatos através de uma gravação, para
70 confirmar o que o Conselheiro está sustentando, e solicitou que a secretária colocasse o áudio da
71 reunião: *“Ciarini: - Colocado, claro, esse tema que o Jorge, eu acho eu também é importante sim, a*
72 *gente tem que se preocupar nesses momentos, né, as articulações que não são talvez, mas vamos*
73 *colocar em votação. Os que concordam, Jorge, os que concordam com essa proposta do Jorge de*
74 *transferirmos essa reunião para depois das eleições, então se manifestem, por favor, quem*
75 *concorda se manifesta. Sim. Contrários, é todo, já por unanimidade dos, do Conselho, né, que se*
76 *recomende, né, não fazer essa reunião antes das eleições, ok Tati?”*. O Presidente relatou que com
77 o áudio, se verifica um reforço do Conselheiro que estava presidindo a reunião, de que era o
78 conselho que estava concordando de que deveria se suspender a reunião. O Conselheiro Giovanni
79 informou que soube que o Advogado do CAU/SC tentou se manifestar e orientar quanto à
80 questão do quórum, e que o presidente pode ou não dar a palavra ao funcionário, mas que a
81 palavra não foi concedida. Solicitou esclarecimentos, pois todos sabiam que não havia quórum e
82 que a votação poderia não surtir os efeitos legais. Ressaltou que o método de condução da
83 reunião não foi cumprido, pois não dá para regredir após avançar um item da reunião e em
84 nenhum momento esse tema foi colocado ou discutido durante a reunião, apenas na
85 manifestação dos conselheiros. O Conselheiro Décio disse que acha que do ponto de vista legal a
86 votação pode ter acontecido de forma intempestiva, mas que os conselheiros presentes
87 deveriam ter tido uma atenção especial do Presidente quanto à sugestão votada. Disse que havia
88 uma preocupação, e que acha que dez dias a mais ou a menos não interferiria nas atividades do
89 Conselho, e o que se buscava evitar era encontros que poderiam acirrar a disputa eleitoral.
90 Informou que se o Presidente não acatou a decisão, deveria ter tido consideração e ao menos
91 ligado para os conselheiros que aprovaram o adiamento da reunião, para dar uma satisfação,
92 uma justificativa e não simplesmente ignorado. Julgou ter havido falta de compreensão, que não
93 gostaria de polemizar, mas que se sentiu ofendido e que gostaria de uma explicação. O



94 Conselheiro Giovani disse que realmente poderia ter havido a recomendação, mas que isso se
95 tornou fruto de um processo de tentativa de impugnação de chapa, em função de um
96 descumprimento de deliberação plenária, e que pode ter sido um erro o presidente não acatar a
97 sugestão ou não ter se justificado ao realizar a reunião, a questão é que isso foi utilizado como
98 artifício para uma manobra para impugnar uma chapa, e que como deliberação plenária, se criou
99 uma situação que serviu de munição e argumento político mais tarde. Sugeriu que seja tratado
100 como recomendação e que seja solicitada uma explicação do presidente do por que a
101 recomendação não foi acatada. O Conselheiro Décio disse que não pode ser feita uma suposição
102 dos desdobramentos ocorridos em função dessa decisão, mas que gostaria de uma explicação do
103 Presidente para não ter aceitado a recomendação. O Conselheiro Ciarini disse que o assunto está
104 sendo desviado e que está sendo entrado em outro ponto, e que ele fez uma solicitação de
105 alteração de ata. Salientou que a ata tem repercussões sobre o que é decidido, e solicitou que
106 fosse feita a degravação, a transcrição da ata naquele trecho, pois o que ocorreu foi uma decisão
107 unânime do plenário que decidiu por não realizar a reunião, que não assinaria a ata como ela
108 está. O Conselheiro Giovani pediu vistas à ata. O Suplente Sérgio Oliva disse que não existe vistas
109 da ata. O Presidente falou que pode ser pedido vistas de qualquer documento. O Suplente Sergio
110 explicou que apenas dos processos. O Conselheiro Ciarini ressaltou que não concorda com a
111 redação da ata, pois ela induz, e terá repercussões futuras em relação a outras coisas que estão
112 ocorrendo no Conselho. A Conselheira Fátida afirmou que não há solicitação de vistas da ata, ela
113 deve ser aprovada ou não. A Conselheira Sônia sugeriu uma consulta ao regimento. O Advogado
114 Gustavo esclareceu que conforme o artigo 50 regimento interno do CAU/SC, se pode pedir vistas
115 de qualquer documento submetido à apreciação do plenário e, sendo assim, a ata da plenária
116 pode ser submetida ao pedido de vistas. O Conselheiro Giovani solicitou o pedido de vistas da ata
117 novamente. A Conselheira Sônia sugeriu que fosse feita a leitura da frase que está sendo
118 discutida. O Presidente questionou se há alguma outra questão a ser considerada com relação à
119 ata. A Conselheira Fátida falou com relação à deliberação da Comissão de Ética de que o Analista
120 Jurídico trabalharia exclusivamente com a CED. O Presidente questionou se a deliberação não
121 constava na ata e a Conselheira Fátida explicou que consta, mas que é mais uma deliberação da
122 Planária que não foi cumprida e que deve ser observada. O Presidente Ronaldo explicou que no
123 momento a aprovação da ata que estava sendo discutida. O Conselheiro Ciarini disse que,
124 concorda com o pedido de vistas, mas que como presidente daquela reunião, disse que o
125 conteúdo da ata pode não representar exatamente o que ocorreu na gravação, e conclamou a
126 degravação do áudio da reunião, pois a ata como está pode não estar representando toda a
127 verdade daquela sessão, solicitando a aprovação da transcrição do áudio. O Presidente disse que
128 julga extremamente incômodo ter que levar esse documento para um pedido de vistas, sendo
129 que, o que está sendo caracterizado como deliberação, de acordo com o áudio apresentado, fica
130 claro que é uma recomendação, e questionou se é preciso dar um tratamento diferente, e não
131 entender o que está no áudio. O Conselheiro Ciarini disse que o que a secretária redige na ata é
132 de acordo com o áudio, mas que ela pode escolher o que colocar no documento, que não é
133 inverdade, mas não contém o todo, solicitando que essa parte fosse transcrita de acordo com o
134 que está no áudio, que fosse colocado todo o item. A Conselheira Sônia sugeriu que o áudio fosse
135 escutado novamente. O Conselheiro Giovani solicitou que o áudio fosse passado desde a sua
136 saída da reunião e lembrou que o Décio, na reunião da CCAA cobrou a realização da reunião, que
137 o procedimento está todo legal, e que talvez pelo fato do presidente estar de licença na época,
138 agendou a reunião para logo após seu retorno. Ressaltou que não houve nenhum uso eleitoral
139 dessa reunião, que estava presente o Conselheiro Maykon, inclusive participando da reunião. O
140 Presidente disse que isso já é uma justificativa, que haverá um momento para isso, e que no
141 momento é apenas de aprovação de ata solicitou que fosse colocado o áudio novamente:
142 *"TATIANA: - (...) por dia, de segunda a sexta, um e-mail por chapa, sendo de responsabilidade das*
143 *chapas o envio do material produzido, dentro do formato estabelecido, até o meio-dia, a partir de*
144 *quarta feira. GIOVANI: - Isso. Que a comissão eleitoral vai fazer a divulgação disso para as chapas.*
145 *CIARINI: - A partir do dia quinze, ok. GIOVANI: - Eu já declaro aqui meu voto a favor e votando, eu*



146 agradeço a presença de todos, e estou saindo. FÁRIDA: - Antes deixa eu colocar aqui, gente, eu já
147 pedi algumas vezes, há algumas plenárias, que tem que ser substituído o meu nome e o nome do
148 meu suplente na Comissão Estadual das Cidades. Por favor, isso tem que ser encaminhado com mais
149 urgência possível, já tem uns seis meses que eu estou solicitando isso e até agora nada. CIARINI: -
150 Ok. Vamos votar então essa plenária, então, já com o voto favorável do Conselheiro Bonetti,
151 colocado em votação então, essa divulgação das chapas da comissão eleitoral. Quem concorda
152 permaneça como está. Contrários se manifestem. Abstencões? Então, aprovado por unanimidade.
153 Ok, encerramos a nossa parte de proposições de votação. Ok, apresentação e votação. Temos mais
154 dois itens que podemos comentar, a Fárída já comentou um, se quiser, manifestação dos
155 conselheiros estaduais em assuntos de interesse do plenário. Inscrições? Jorge. FÁRIDA: - É, a minha
156 fala já foi essa, eu preciso que seja substituído, eu já coloquei que não tenho condições de participar
157 do Conselho Estadual das Cidades, já há algum tempo, né, e o meu suplente, na realidade, que é o
158 Nelson Saraiva, já faz bastante tempo que ele ia ser consultado, se queria continuar ou não, enfim,
159 não sei dessa, isso já foi em plenário. CIARINI: - Fica o registro. FÁRIDA: - Agora eu já não sei,
160 porque a Conferência das Cidades do ano passado encaminhou por mais três anos, tá, são mais três
161 anos, um ano já se passou. Qual conselheiro participa, aí eu não sei te dizer por que isso não tem
162 exigência lá, o CAU tem que indicar, na realidade não precisa ser conselheiro do CAU, eu acho que
163 não, só tem que ser indicação do CAU. Lá tem que ser um titular e um suplente, e eu só sugeri que
164 fosse aqui da região ou o mais próximo possível, porque é difícil vir, a minha dificuldade, por
165 exemplo, eu já vim de Joinville para Florianópolis, no meio da semana, que as reuniões são no meio
166 da semana e a tarde, então para mim supercomplicado vim participar das reuniões, entende, é bem
167 difícil. CIARINI: - Ok, Fárída. Então, está registrado já, a Secretária Tatiana já vai encaminhar esse
168 assunto. Próxima plenária, então, teremos essa resolução, ok Tatiana? Jorge com a palavra. JORGE:
169 - Eu primeiro queria uma informação, quando que está prevista a reunião com os representantes
170 das entidades mistas? Para dia dezessete? Bom, neste caso eu quero um posicionamento da
171 plenária, no que diz respeito ao seguinte: isso vai ser uma reunião pública com a presença de
172 diversas entidades mistas do estado que tem arquitetos e, estamos num período eleitoral, e não vou
173 nem entrar no mérito, não somos ingênuos, nós sabemos que assume um caráter político
174 importante em véspera de uma eleição. Eu tenho duas propostas alternativas: ou que esse encontro
175 se dê depois da eleição e não agora, porque se não nós vamos estar favorecendo um candidato que
176 está na presidência, e é candidato a reeleição e vai ter uma reunião privilegiada com entidades
177 mistas, ou a alternativa é que essa reunião se dê de forma transparente e aberta, com a presença
178 de todos os interessados, ou seja, das próprias entidades que fazem parte do atual colégio, IAB,
179 ASBEA, Sindicato, enfim, todos que fazem parte para que possam ali também ter o outro espaço. No
180 meu entendimento o mais prudente seria prorrogar, porque é um encontro público e é político, não
181 vamos ser ingênuos, o que eu acho prudente seria prorrogar esse encontro para posterior às
182 eleições. CIARINI: - Acho que fica a observação do Jorge. JORGE: - Não é uma observação, é uma
183 deliberação de plenária. CIARINI: - Calma gente! É, mas vamos lá, fica essa observação do Jorge,
184 para as manifestações dos que ainda permanecem na plenária, deem suas considerações. Isso,
185 então colocado, claro, esse tema que o Jorge, eu acho eu também é importante sim, a gente tem que
186 se preocupar nesses momentos, né, as articulações que não são talvez, mas vamos colocar em
187 votação. Os que concordam, Jorge, os que concordam com essa proposta do Jorge de transferirmos
188 essa reunião para depois das eleições, então se manifestem, por favor, quem concorda se manifesta.
189 Sim. Contrários, é todo, já por unanimidade dos, do Conselho, né, que se recomende, né, não fazer
190 essa reunião antes das eleições, ok Tati?". O Conselheiro Giovani perguntou se existe algo no texto
191 da ata diferente do que foi dito. O Presidente afirmou que a redação é exatamente o que está no
192 áudio, e questionou o que precisaria ser ajustado. O Conselheiro Ciarini disse que na ata consta o
193 nome de conselheiros, e que é importante constar exatamente o que foi dito nesse campo, e que
194 a Secretária deveria simplesmente escrever o que é real, exatamente o que está ali, não o que ela
195 quer, como quando ela nomeia os votos no documento. O Presidente Ronaldo perguntou ao
196 Conselheiro Ciarini se o que ele deseja é que a ata seja transcrita, a partir da saída do
197 Conselheiro Giovani, exatamente conforme o áudio. O Conselheiro Ciarini explicou que essa é sua



198 solicitação, por representar a verdade. A Conselheira Sônia se manifestou dizendo que na sua
199 opinião o que ela ouviu está escrito ali, a densidade é que existe a recomendação. O Suplente
200 Sérgio lembrou que se for transcrever, a partir da linha 306 o texto tem que ser retirado pois não
201 consta no áudio. O Conselheiro Giovani explicou que não consta no áudio porque desligaram o
202 áudio. O Presidente disse que há um encaminhamento, que a plenária deve ou não acatar a
203 sugestão, aprovando a ata como está ou não, ou há um pedido de vistas eminente do Conselheiro
204 Giovani. O Conselheiro Ciarini pediu que fosse votada a ata como ela está ou que seja transcrito
205 aquele ponto, podendo constar a parte final, que não aparece no áudio. A Conselheira Sônia, se
206 absteve e questionou se o áudio foi cortado ou se não foi gravado. O Conselheiro Décio disse que
207 isso não está sendo questionado, que o Conselheiro Ciarini apenas está solicitando mais detalhes
208 que constam na gravação. A Conselheira Fátida afirmou que o Márcio se pronunciou da plateia
209 sim, mas ele não poderia ter solicitado verificação de quórum e que quando um conselheiro sai
210 da plenária, ele deve saber da consequência de sua ausência, que o quórum é necessário para a
211 abertura da plenária, e que antes da votação nenhum conselheiro solicitou verificação de
212 quórum. O Conselheiro Ciarini sugeriu que na ata esteja exatamente o que está no áudio. O
213 Presidente questionou se nessa sugestão é para omitir a manifestação do Gerente Geral e do
214 Advogado. A Conselheira Fátida ressaltou que a responsabilidade de uma plenária é do plenário,
215 que as únicas pessoas que falam são o Presidente e os Conselheiros, e que caso alguma outra
216 pessoa queira a palavra, esta deve ser solicitada para o Presidente, antes do início da reunião. O
217 Conselheiro Giovani esclareceu que conforme o regimento em qualquer momento, qualquer
218 pessoa pode se manifestar, com a anuência do Presidente. O Presidente explicou que no
219 regimento, quando se fala que precisa de quórum para a instalação, logo em seguida vem a
220 palavra 'funcionamento', que a plenária não acontece se não houver quórum, principalmente
221 quando se trata de uma deliberação. Salientou que os funcionários que estão na plenária, tem a
222 função de alertar para que o regimento se cumpra, e é natural que se manifestem no caso da
223 ausência de quórum, por exemplo. O Conselheiro Ciarini afirmou que havia quórum sim, que
224 todos os conselheiros permaneceram na reunião, exceto o Conselheiro Giovani, e foi deliberado.
225 O Presidente respondeu que não havia quórum. O Conselheiro Décio propôs que se aprove a ata
226 com a ressalva de que naquele ponto o texto seja transcrito. O Presidente questionou se é para
227 manter as anotações da secretária com relação ao alerta do Gerente Geral e do Advogado
228 Gustavo. O Conselheiro Décio respondeu que pode constar na ata e que isso não está sendo
229 questionado. O Presidente encaminhou a ata para votação. O Conselheiro Jobim questionou se é
230 correto aprovar uma ata depois de tanta discussão e divergência. Disse que se sente
231 envergonhado com essa cena e com a forma que está sendo conduzido, e sugeriu que a ata seja
232 corrigida de acordo com o solicitado e trazida para aprovação na próxima reunião. O
233 Conselheiro Giovani concordou que a ata não pode ser aprovada sem o texto ser apresentado. O
234 Conselheiro Décio solicitou que a fosse delegado à secretária a inclusão da transcrição, conforme
235 solicitado pelo Conselheiro Ciarini. O Presidente encaminhou para votação que sejam feitos os
236 ajustes de transcrição solicitados, para que a ata seja submetida à apreciação na próxima
237 reunião plenária. Com os votos favoráveis dos Conselheiros Fátida De Mira, Décio Góes, Sônia
238 Roese, Cezar Ciarini, Marcos Jobim, Giovani Bonetti, André Serafim e Ademir Bogoni, a
239 aprovação da ata com os devidos ajustes ficou para a próxima reunião. No Item **2.**
240 **CORRESPONDÊNCIAS EMITIDAS E RECEBIDAS**, o Presidente avisou que a relação de
241 correspondências e eventos havia sido enviada e que qualquer questionamento poderia ser
242 solicitado. No item **3.RELATO DO PRESIDENTE**, o Presidente lembrou que retornou às
243 atividades após uma vacância de um período em torno de quinze dias, e que houve um
244 comunicado na plenária anterior, de que este presidente voltaria um dia antes do inicialmente
245 estabelecido, em função de uma agenda com o Presidente em exercício do CREA/SC, para tratar
246 do Termo de Cooperação Técnica entre os dois Conselhos, visando inicialmente atender e
247 estabelecer esse mesmo termo com a Prefeitura de Joinville, ampliando o termo aos demais
248 municípios em seguida. Falou do Evento da AREA/TB, Seminário de Planejamento Urbano,
249 patrocinado pelo CAU/SC, que aconteceu no dia quinze de outubro, o enfatizando a importância



250 e grandiosidade do evento. Citou a reunião com o Superintendente Dácio, para a finalização do
251 processo de assinatura do Termo de Cooperação Técnica firmado entre CAU/SC, PMF, SMDU e
252 IPUF. Sobre a reunião para a escolha das entidades mistas representantes do CEAU/SC, que
253 aconteceu no dia dezessete de outubro, o Presidente explicou que desde o ano de dois mil e doze
254 buscava-se instalar o CEAU em Santa Catarina, lembrando que desde o início, o Conselheiro
255 Dácio apresentou sua preocupação em ter o Colegiado das Entidades em Santa Catarina como
256 instância consultiva deste Conselho. Lembrou no início havia apenas duas entidades que
257 poderiam compor este colegiado, IAB e AsBEA, e que foi feita uma portaria, estabelecendo
258 condições para a instalação do colegiado. Explicou que, por uma defesa do Conselheiro Dácio e
259 sugestão própria, nesse documento foi contemplada uma cadeira para às entidades mistas, para
260 atender os arquitetos do interior do estado, principalmente nas cidades onde não há o suporte
261 das entidades. Ressaltou também o apoio do Conselheiro Maykon. Lembrou que o critério para a
262 escolha dessa entidade, inicialmente era muito morosa para que as entidades mistas se
263 organizassem e entre elas se apoiassem, para que uma delas fosse escolhida para compor o
264 CEAU/SC. Ressaltou que, por orientação do Conselheiro Dácio, e uma complementação do
265 Conselheiro Giovanni, na 35ª Reunião Plenária, decidiu-se por, ao invés de esperar uma
266 organização e manifestação das entidades, que fosse estipulado um prazo de trinta dias, para
267 que as entidades interessadas em ocupar a cadeira das entidades mistas no CEAU/SC se
268 manifestassem. Falou que neste e-mail de solicitação de manifestação, já estava agendada a
269 reunião presencial com as entidades interessadas, para o dia dezessete de outubro. Ressaltou
270 que com esse breve histórico do contexto dessa construção, é possível perceber que não seria
271 um movimento com as entidades dentro do Conselho, de interesse eleitoreiro do presidente.
272 Informou que das vinte e sete entidades, apenas quatro se manifestaram, e somente duas
273 estiveram presentes nessa reunião: AEAJS e AREA/TB. Explicou que, pensando em política, a
274 chapa #CAUPARATODOS, naquele momento, tinha a conta ganha, pois desde o início, em função
275 do trabalho do presidente da associação, apenas a AREA/TB tinha o apoio de outras entidades, o
276 que a tornou a representante titular das entidades mistas, mas que era necessário uma reunião
277 para formalizar. O Suplente Oliva questionou o que a chapa # CAUPARATODOS tem a ver com o
278 evento. O Presidente respondeu que é uma questão política, mas solicitou mais um momento
279 para concluir suas explicações e que em seguida o suplente compreenderia. Explicou que e
280 questionamento que foi feito e a preocupação levantada pelo do Conselheiro Jorge na sessão
281 plenária anterior, era de que esse momento se transformasse em um palanque de busca de votos
282 com as entidades presentes. Ressaltou que, em função do trabalho que havia feito, desde o início,
283 já era sabido que a AREA/TB ocuparia essa cadeira no CEAU. Lembrou que de acordo com as
284 recomendações do Conselheiro Raineski, uma delas seria que a reunião deveria ocorrer de
285 forma aberta e com a presença das entidades que faziam parte do colegiado. Citou que essa
286 sugestão foi acatada, que os Presidentes do IAB e AsBEA foram convidados, que o Presidente da
287 AsBEA não pode comparecer mas que enviou o vice-presidente como representante, e que às
288 vésperas da reunião recebeu um e-mail da Presidente Vânia informando que não viria para a
289 reunião em função das mesmas preocupações citadas pelo Conselheiro Raineski. Ressaltou que
290 não houve nenhuma manifestação ou interesse com a realização desta reunião e o que ocorreu
291 foi uma vontade de cumprir, em respeito ao que determina essa plenária, que se realizasse essa
292 reunião em data subsequente aos trinta dias de manifestação das entidades. Explicou que esse
293 Presidente, achincalhado desrespeitosamente em uma das denúncias apresentadas à comissão
294 eleitoral não tem esse perfil, não tem essa índole leviana apresentada. Citou a reunião com
295 Prefeito e Secretário de Planejamento do município de Rio do Sul, no dia vinte e dois de outubro,
296 onde se tratou sobre o Termo de Cooperação Técnica. Relatou, no dia vinte e três de outubro, a
297 participação na comissão julgadora de um prêmio de projeto, realizado pelo Núcleo D de
298 Chapecó, julgamento feito pelo Conselheiro Ciarini no ano interior, aonde esse ano houve uma
299 preocupação antecipada em instruir quanto a necessidade de apresentar as RRTs dos projetos,
300 pois eles não estavam devidamente orientados. Falou da Reunião com o Coordenador do Curso
301 de Arquitetura da UFSC, no dia vinte e quatro de outubro, para tratar de uma questão já



302 recorrente sobre registro de RRT dos coordenadores de curso. Citou a participação na Semana
303 Acadêmica da FAMEG, na abertura do XXXIII ENSEA e XXXVI COSU, e na Solenidade de
304 Formatura UNISOCIESC. Sobre o Segundo Encontro Anual do CAU/SC e Seminário de Ética, o
305 Presidente relatou que foi uma experiência bastante inovadora, com o fato de poder transmitir
306 um seminário ocorrido em Florianópolis para outros lugares do estado. Relatou a reunião com a
307 CELESC, que buscou firmar um Termo de Cooperação Técnica, mais simplificado, mas que
308 permitiria obter informações mais antecipadas, sabendo o exato momento em que uma ligação
309 de energia fosse solicitada. Por fim, lembrou-se da reunião com o Secretário de Planejamento de
310 Balneário Camboriú, também em busca de firmar o Termo de Cooperação Técnica, que é hoje,
311 dada a estrutura que o CAU/SC possui de fiscalização, a ferramenta mais importante no
312 compartilhamento de informações, visando à fiscalização não presencial. O Conselheiro Ciarini
313 informou que fez uma solicitação expressa para que constasse no Relato do Presidente algumas
314 questões, e solicitou explicações, ao conselho soberano, sobre as irregularidades administrativas
315 no evento da FURB, consoantes com os termos da denúncia protocolados na Comissão Eleitoral;
316 os motivos da representação do Presidente no evento do Núcleo D em Chapecó; o motivo da
317 realização da reunião com as entidades mistas, descumprindo uma decisão do plenário; e os
318 motivos que o fizeram não convocar uma reunião plenária extraordinária, solicitada para o dia
319 trinta e um de outubro de dois mil e catorze, solicitada pelos conselheiros do CAU. Ressaltou que
320 dois itens o Presidente havia abordado em seu relato, mas que aguarda explicações quanto aos
321 demais. O Presidente explicou que o que Conselheiro Ciarini considera irregularidade
322 administrativa, foi tratado na denúncia e indeferido pela Comissão Eleitoral. Quanto à
323 representação no julgamento do Prêmio do Núcleo D em Chapecó, o Presidente explicou que já
324 foi tratado em seu relato, e ressaltou que tendo iniciado o processo de aplicação do Código de
325 Ética, a atividade proposta pelo Núcleo D, de valorização dos associados através de projetos que
326 são julgados em concurso, é um exemplo que precisa ser apoiado, e que as práticas que o código
327 questiona precisam ser mais bem discutidas e apresentadas de forma alternativa através de
328 ações como esses concursos. Disse que não houve denúncia quanto à essa representação, pois
329 não é possível caracterizá-la como um movimento político, e que o convite foi enviado ao
330 Presidente. Referente à reunião com as Entidades mistas, o Presidente reforçou que havia
331 esclarecido todos os questionamentos no momento anterior, e sobre solicitação de convocação
332 de plenária extraordinária, o Presidente explicou que não convocou primeiramente pelo fato da
333 pauta sugerida pelo Conselheiro Ciarini era exatamente as denúncias protocoladas na Comissão
334 Eleitoral, e que naquele momento não tinham sido tratadas pela comissão, e que também um e-
335 mail onde constavam nomes de conselheiros que, se quer, haviam sido consultados se
336 pretendiam solicitar essa plenária, não só é ilícito como bastante questionável esse
337 encaminhamento, e que em contato com alguns conselheiros, teve a confirmação de um desses
338 nomes que não estava ao par dessa solicitação. O Conselheiro Ciarini respondeu que não estava
339 totalmente satisfeito com as respostas, quanto à representação no evento do Núcleo D, explicou
340 que é de Chapecó, que esteve no evento no ano passado e questionou a necessidade da ida do
341 Presidente à Chapecó para informar sobre a necessidade do RRT, num evento que é fechado, ao
342 invés de indicar os conselheiros da região, como é de praxe, e menos oneroso para o Conselho. O
343 Presidente explicou que os projetos julgados eram da cidade, e era necessário que fosse alguém
344 de fora. O Conselheiro Ciarini disse que fica registrado essa explicação e, por fim, questionou ao
345 Presidente como ele ficou sabendo, quando recebeu a convocação, que alguma pessoa não estava
346 de acordo com a convocação. O Presidente respondeu que ligou aos conselheiros para saber. O
347 Conselheiro Giovani ainda ressaltou que ainda que o telefonema não tenha registro formal, o
348 Conselheiro Bogoni se manifestou por e-mail, enviado a todos os conselheiros, que não
349 concordava com a convocação. O Conselheiro Ciarini disse que o Conselheiro Bogoni se
350 manifestou contrário cinco ou mais dias depois do envio do e-mail, e que a reunião poderia ter
351 sido convocada até aquele momento. O Presidente informou que não poderia ter feito a
352 convocação sem a confirmação do Conselheiro Bogoni. O Conselheiro Bogoni esclareceu que,
353 após ter seu nome usado para pedir essa plenária extraordinária, e enunciado pela secretária do



354 CAU, respondeu via e-mail a todos os conselheiros e suplentes, expondo sua posição, que não
355 concordava em ter seu nome citado sem ao menos ter sido consultado. No item **4. RELATO DA**
356 **OUVIDORIA**, a Ouvidora Rosana apresentou seu relatório, informou que nesse último mês
357 houve vinte e sete atendimentos, a maior parte deles referentes à RRT e dúvidas gerais. Disse
358 que a ouvidoria agora está voltada a atender o profissional e que todos os atendimentos foram
359 encaminhados, não ficando nenhum em aberto. Explicou que os atendimentos relativos aos
360 RRTs, em sua maioria, são referentes ao prazo de vencimento dos boletos, com somente cinco
361 dias para pagamento, gerando RRT extemporâneo, principalmente no caso dos RRTs de
362 execução, onde essa pendência fica no registrada no histórico do profissional. A Ouvidora
363 sugeriu o encaminhamento dessa reclamação ao CAU/BR para que esse prazo seja revisto. O
364 Conselheiro Giovani solicitou que as pendências da ouvidoria sejam apontadas para serem
365 levadas na comitiva ao CAU/BR. A Ouvidora relatou que houve o envio de diversas sugestões,
366 inclusive para melhorias no SICCAU. O Conselheiro Giovani parabenizou a Ouvidora Rosana e
367 registrou sua admiração e respeito por seu trabalho realizado, e por sua contribuição na
368 construção do Conselho. O Conselheiro Jobim disse que na reunião da CEEP ainda foram
369 encaminhadas sete perguntas sobre atribuição profissional, que acredita que não teve um filtro,
370 passando essas demandas pela ouvidoria, e que como existem diversas atribuições e que são
371 bastante genéricas, solicitou que nesses casos que fosse feita uma referência ao Código de Ética,
372 que vincula atribuição à competência e habilidade, que é também de responsabilidade ética e
373 pessoal do profissional. A Ouvidora Rosana explicou em suas respostas sempre remete ao
374 Código de Ética, e que em muitas vezes o profissional não tem habilidade. O Conselheiro Décio
375 enfatizou que o profissional pode ser útil em alguns casos, mas que tem ter a consciência de seus
376 deveres, responsabilidades e da questão ética. Disse que a ouvidoria é um ponto bacana do
377 Conselho, pois dá para qualificar os trabalhos e decisões e aprimorar os serviços. Quanto aos
378 RRTs, disse que é uma questão séria, que o prazo é realmente muito curto e que abre condição
379 para um alto índice de inadimplência. Sugeriu um e-mail de alerta ao profissional quanto ao
380 vencimento do registro, e enfatizou a importância do encaminhamento dessa questão ao
381 CAU/BR. No item **5.RELATO DOS DIRETORES**, a Diretora Administrativa, Conselheira Sônia
382 explicou que seu relato é dividido em três fases: Gestão de Pessoas, Gestão de Compras,
383 Contratos e Licitações, e Gestão Operacional. Dentro da parte de Gestão de Pessoas, citou o
384 pedido de rescisão de contrato do Analista Jurídico Guilherme Luiz Dutra, a contratação da
385 estagiária Elaine de Medeiros, estudante de Administração, para atuar na Gerência Técnica do
386 CAU/SC, a renovação do contrato do estagiário de comunicação Fillipe de Souza Silva, e
387 realização da sexta e sétima convocações dos Analistas Jurídicos aprovados no concurso, com a
388 contratação da Advogada Isabel Leal Marcon Leonetti. Informou que foram feitas algumas
389 alterações nos horários dos funcionários, em decorrência das novas contratações, sendo do
390 horário das oito às dezenove horas o horário de funcionamento do Conselho, das onze às
391 dezessete horas o horário de atendimento ao público, e das dez às dezessete horas o horário
392 núcleo, ou seja, horário em que todos os funcionários estarão no Conselho. Falou das férias das
393 funcionárias Assistente Técnico Stephanie Lobato e Gerente Financeiro Fernanda Maria Pires, e
394 da solicitação de prorrogação de licença maternidade da funcionária Stephanie, que em consulta
395 ao CAU/BR a resposta foi positiva, mas que está sendo feita uma consulta junto à assessoria
396 contábil, que recomendou que a funcionária não volte ao trabalho antes dessa definição.
397 Informou que terminou o período de avaliação de desempenho que se refere aos oitenta dias dos
398 empregados, os Assistentes Administrativos Lucas Sottili de Matos e a Assistente Técnico Luiza
399 Mecabô, que obtiveram média acima de sete, sendo aprovados os seus respectivos contratos
400 assinados com prazo indeterminado. Informou que completou o segundo período de avaliação
401 dos Arquitetos Fiscais Regionais e Assistentes técnicos, sendo que suas avaliações foram
402 realizadas pela Gerência Técnica. Falou da instalação do novo ponto eletrônico do CAU/SC e do
403 início do treinamento pela FGV Online dos cursos de Gestão de Pessoas na Administração
404 Pública e Licitações e Contratos Administrativos, sendo realizados pelos funcionários Lucas
405 Sottili de Matos e Lothar Matheus Jacobsen, e que o primeiro feedback dos mesmos está sendo



406 bastante positivo. Relatou que foi iniciado o programa de ginástica laboral com palestra sobre a
407 sua importância e benefícios, e sobre postura ergonômica no posto de trabalho, e que foi
408 aplicado um questionário de dores musculares e avaliação de flexibilidade, permitindo total
409 adequação do programa às necessidades do CAU/SC. Informou que ginástica laboral será feita
410 duas vezes por semana nas duas sedes do Conselho durante o período da reforma, com duração
411 de quinze minutos e que será fora do horário de atendimento ao público. Falou da realização da
412 avaliação anual dos programas de saúde ocupacional, onde o técnico de segurança do trabalho
413 da empresa Qualitá, vencedora do edital e que tem seu contrato em andamento, fez alguma
414 recomendações que foram prontamente atendidas. Sobre a reclamatória trabalhista em
415 andamento do ex-funcionário João Edmundo Bohn Neto, informou que na audiência do dia dois
416 de outubro não houve acordo e que está sendo encaminhado o tratamento de defesa pelo
417 analista jurídico. Falou de uma pendência sobre uma solicitação dos analistas vinculados a
418 Gerência Administrativa alinhados aos Analistas da Gerência Financeira, para a readequação
419 salarial de forma a evitar desigualdades de carreiras entre os funcionários do CAU/SC. Eles
420 alegam, que de forma não intencional, na formulação do Plano de Cargos, Carreiras e Salário foi
421 ignorado o piso salarial sindical dos Analistas Concursados de Nível Superior, e que em resposta
422 essa gerência se posicionou informando que o Plano de Cargos, Carreiras e Salários foi realizado
423 por empresa idônea, contratada por licitação, que o público alvo da pesquisa realizada eram
424 órgãos públicos e conselhos profissionais e que foram a referência para a definição dos salários,
425 que foi pontuada a questão também do Edital do Concurso Público realizado por eles, e que
426 aceitaram as condições e os salários neles previstos, mas que mesmo assim, os funcionários
427 entendem que os salários precisam ser revistos. Relatou que o quadro estrutural no mês de
428 outubro segue em número de trinta e três pessoas, sendo vinte empregados efetivos contratados
429 via concursos público, três funcionários contratos pelo regime provisório, quatro gerentes, uma
430 assessoria especial, uma ouvidora e quatro estagiários. Na parte de Gestão de Compras,
431 Contratos e Licitações, a diretora informou que os processos vigentes são aqueles para o
432 funcionamento do CAU, que os processos em execução são principalmente aqueles voltados à
433 reforma da sede e realização de eventos. Nos processos de intenção de compra citou a locação de
434 sala em Chapecó e Rio do Sul e demais Regionais e aquisição de hardware para operação central
435 digital. Na Gestão Operacional, disse que foi realizada a primeira versão da Minuta da Portaria de
436 Patrimônio, que se encontra em análise da Gerência Geral e da Assessoria Jurídica, citou os
437 novos bens adquiridos no mês de outubro e informou que foi feito um estudo de depreciações,
438 segundo orientação da contabilidade. Com relação às obras, informou que está caminhando
439 dentro do previsto e que foi concluída e paga a primeira etapa. No relato da diretoria financeira,
440 o Diretor Financeiro Ademir Bogoni relatou que a receita corrente total no mês de outubro teve
441 uma baixa de oito e meio por cento, em função das anuidades e RRTs, totalizando o valor de
442 trezentos e noventa e oito mil, oitocentos e vinte e um reais e noventa e nove centavos. Citou o
443 aumento das despesas realizadas do mês de outubro no valor de quatrocentos e quarenta e sete
444 mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e três centavos, principalmente em função
445 dos investimentos na reforma da sede, móveis, utensílios e equipamentos. Informou ainda que
446 no mês de outubro foram pagas e registradas como restos a pagar do ano de dois mil e treze
447 despesas no montante de vinte e um mil, cento e vinte reais. Citou o saldo bancário disponível
448 em trinta e um de outubro no valor de seis milhões, cento e noventa e dois mil, trezentos e
449 noventa e quatro reais e noventa e cinco centavos. Informou que detalhes ou minúcias quanto à
450 contabilidade são publicados no site do CAU/SC e que também podem ser solicitados para sanar
451 qualquer dúvida. No item **6. RELATO DAS COMISSÕES**, o Presidente explicou que, por
452 solicitação do Coordenador Maurício Andriani, o relato da **Comissão Eleitoral** seria o primeiro.
453 O Arquiteto Maurício explicou que essa solicitação é em função de compromissos profissionais, e
454 agradeceu aos conselheiros a deferência. Relatou que se cabe destacar nos trabalhos da
455 comissão que já ocorreram dez reuniões desde julho, sendo que se concentrou mais no final de
456 outubro, devido a três denúncias que chegaram a essa comissão. Ressaltou que todas essas
457 denúncias foram julgadas de acordo com o regulamento, indeferidas pela comissão estadual e



458 que duas delas que foram recorridas, estão na comissão nacional. Informou que há dois pedidos
459 de impugnação das eleições, que ocorreu fora do rito correto, sendo encaminhados diretamente
460 a comissão nacional. Explicou que a Comissão Nacional corrigiu, encaminhando para a estadual,
461 que já encaminhou para o contraditório, recebendo uma defesa que demandou mais uma
462 reunião dessa comissão, que acontecerá na próxima segunda-feira, para avaliar, e se for o caso,
463 encaminhar para a Comissão Nacional. Ressaltou que a comissão trabalha de forma voluntária,
464 que quase diariamente essa coordenação tem tido trabalho com a comissão devido à quantidade
465 grande de e-mails recebidos, que nem todos são respondidos no prazo e pediu compreensão por
466 essa demora. O Conselheiro Giovani questionou que, nesse módulo eleitoral, nem sempre as
467 solicitações das respostas do contraditório são disponibilizadas oficialmente. Informou que a
468 chapa da qual faz parte está monitorando diariamente o módulo eleitoral, mas que em alguns
469 casos, para atender no prazo, o tempo hábil fica inferior a vinte e quatro horas, e que pode
470 acontecer de o prazo não ser atendido pela falta de conhecimento. O Coordenador Maurício
471 respondeu que o módulo eleitoral está mais estável, mas que já ocorreram algumas falhas, como
472 na primeira denúncia, e que a partir desse erro, a comissão estadual, com o aval da comissão
473 nacional, decidiu que sempre seria encaminhado também por e-mail, e com relação ao
474 cronograma, apenas explicou que está de acordo com a Resolução n. 81. O Conselheiro Giovani
475 solicitou que as duas denúncias feitas no âmbito nacional tenham algum encaminhamento para
476 que sejam do conhecimento da chapa Inovação. O Coordenador Maurício respondeu que isso é
477 de competência da Comissão Nacional, que ela não está conseguindo cumprir os prazos, mas
478 adiantou que com certeza será dado o direito ao contraditório, e disse que irá encaminhar um e-
479 mail para a Comissão Nacional. A Ouvidora Rosana explicou que não comentou em seu relato,
480 mas que fez um relatório da ouvidoria sobre as eleições, que encaminhará para a comissão
481 eleitoral, contendo atendimentos sobre senhas que não entraram, e sobre os horários de envio
482 dos SMSs, por exemplo. Informou que teve uma arquiteta que votou pelo celular, não recebeu a
483 confirmação e que quer saber se seu voto foi válido, e relatou ainda que mesmo os arquitetos
484 que votaram, tem acesso ao módulo de justificativa. Solicitou orientação quanto à reposta para
485 essa profissional. O Coordenador Maurício solicitou que todas essas questões fossem
486 encaminhadas por e-mail para a comissão para os devidos tratamentos. O Conselheiro Ciarini
487 parabenizou o Coordenador Maurício pelo trabalho realizado na comissão, relatou que uma de
488 suas justificativas para a plenária extraordinária se referia a uma das denúncias protocoladas
489 pela chapa #CAUPARATODOS, e questionou se para fazer justiça ou responder de forma segura e
490 justa a denúncia, a Comissão Eleitoral utilizou alguma assessoria jurídica, ou foi a própria
491 comissão que deliberou com base no conhecimento do regimento. O Coordenador Maurício
492 respondeu que é do conhecimento de todos que desde o início dos trabalhos da comissão o
493 CAU/SC disponibilizou a assessoria jurídica do Advogado Gustavo, que foi convocado pela
494 comissão para participar de todas as reuniões. O Coordenador perguntou o motivo dessa
495 pergunta, com a preocupação de que não tivesse sido esclarecedor. O Conselheiro Ciarini
496 respondeu que questionou, pois não tinha a segurança de que as deliberações eram por uma
497 assessoria jurídica. A Conselheira Sônia disse que observou várias falhas a serem melhoradas no
498 processo eleitoral, como por exemplo, na listagem de eleitores constavam arquitetos falecidos
499 desde antes do recadastro no CAU, o que pode abrir margem para dúvida de todo o processo.
500 Sugeriu um pré-agendamento das reuniões da comissão eleitoral, para que as chapas possam se
501 preparar quanto aos prazos de resposta. Informou que tem seu e-mail atualizado no SICCAU,
502 mas que não recebeu em momento algum nenhum e-mail de divulgação das chapas. O
503 Coordenador Maurício explicou que a listagem dos eleitores foi gerada no SICCAU e que o
504 processo eleitoral foi auditado por uma empresa terceirizada, conforme publicado pela
505 Comissão Nacional, e disse que se for o caso, cabe até denúncia, pois tudo deve ficar claro,
506 deixando à disposição o e-mail da comissão para qualquer eleitor denunciar. Com relação à
507 divulgação, o coordenador afirmou que foi objeto de bastante reclamação das duas chapas, que o
508 entendimento e interpretação do regulamento das duas chapas foi divergente da comissão de
509 Santa Catarina e da nacional. Relatou que ouviu diversos contatos com os representantes das



510 chapas, tanto por e-mail como por telefone em busca de uma adequação para o envio do arquivo.
511 Explicou que na sexta-feira anterior as eleições a comissão se reuniu e mesmo ambas as chapas
512 estando fora do padrão estipulado, uma chapa estava muito fora dos moldes e a chapa resolveu
513 por divulgar apenas uma das chapas. O Conselheiro Giovani perguntou qual chapa foi divulgada.
514 O Coordenador Maurício respondeu que foi a chapa #CAUPARATODOS e que a culpa disso ter
515 ocorrido foi da própria chapa Inovação, que não enviou o material corretamente. Explicou que
516 essa decisão foi tomada em benefício do eleitor, para que o profissional esteja informado. Com
517 relação à deliberação plenária sobre o envio para os profissionais de um e-mail diário, por
518 chapa, o Coordenador Andriani disse que em respeito ao plenário, consultou a comissão nacional
519 que respondeu que a comissão tem total autonomia para decidir sobre o assunto e que não cabia
520 à plenária decidir. O Conselheiro André parabenizou todos os membros da Comissão Eleitoral,
521 enfatizou o esforço do trabalho voluntário realizado, frisando o reconhecimento que tem pelo
522 trabalho realizado. O Coordenador Maurício agradeceu e informou que a comissão fez o possível
523 para acompanhar o material divulgado das chapas, disse que a comissão ficou bastante
524 preocupada com o nível da campanha e informou que gostaria de repetir um comunicado que a
525 comissão eleitoral divulgou na página do CAU/SC: *“A Comissão Eleitoral de Santa Catarina sugere
526 às chapas concorrentes às eleições 2014 do CAU/SC que as publicações de campanha eleitoral
527 sejam feitas num caráter de respeito e cordialidade, focadas em propostas de trabalho. Esta
528 comissão entende que desta forma o processo eleitoral proporcionará aos eleitores focarem suas
529 escolhas apenas em ações propositivas. Cabe também lembrar que provavelmente candidatos de
530 ambas as chapas representarão os arquitetos e urbanistas do Estado no Conselho na próxima
531 gestão, portanto deverão manter um clima de cordialidade e respeito em suas futuras ações”*. O
532 Conselheiro Ciarini disse que sabendo que houve participação do Advogado do Conselho nas
533 reuniões da Comissão Eleitoral, gostaria de saber se houve alguma interferência nos
534 encaminhamentos da comissão de algum membro de alguma chapa ou de algum outro
535 funcionário do CAU/SC. O Coordenador Maurício explicou que o que ocorreu nos julgamentos foi
536 que os membros da comissão se basearam no regulamento, muitas vezes pedindo para que os
537 funcionários Gustavo e Luis saíssem da sala, na hora de tomar as decisões, até mesmo para
538 preservá-los, por terem um cargo no Conselho. Ressaltou que todas as decisões foram unânimes,
539 que não conhecia nenhuma das outras arquitetas membros da comissão, mas que para a redação
540 dos textos, para que fosse ao formato adequado, foi necessário o auxílio do assessor jurídico, que
541 não manifestou sua opinião em momento algum e que o Advogado Gustavo foi extremamente
542 ético. O Conselheiro Décio questionou se os trabalhos da Comissão Eleitoral se encerraram. O
543 Coordenador Andriani explicou que a comissão se extingue com a diplomação dos conselheiros
544 eleitos, entre os dias dez e doze de dezembro conforme o regulamento. O Conselheiro Décio
545 questionou de havia algum processo pendente de solução. O Coordenador Maurício respondeu
546 que existem dois pedidos de impugnação e cancelamento das eleições, que serão julgados na
547 segunda-feira, e registrou que o prazo para as impugnações se encerrou dia dez. O Conselheiro
548 Décio lembrou que existem algumas questões que podem transgredir a questões
549 administrativas, disse que é necessário ver se há alguma irregularidade, e para essa averiguação
550 propôs uma reunião extraordinária, mas que não sabe se foi recebido oficialmente no CAU, pois
551 existem alguns questionamentos que não foram respondidos e que é importante que não fiquem
552 problemas para o futuro. A Conselheira Sônia disse que são coisas de interesse dos conselheiros.
553 O Conselheiro Giovani disse que é importante expor os outros pontos, e perguntou se era
554 necessária a presença da Comissão Eleitoral. O Conselheiro Décio disse que não e agradeceu o
555 trabalho da comissão. O Conselheiro Ciarini disse que a plenária extraordinária convocada que
556 não ocorreu tinha o cunho de esclarecer, e que poderia ser evidenciada alguma coisa, e que em
557 função de sua não ocorrência, não houve essa oportunidade. O Conselheiro Décio perguntou se
558 os questionamentos se mantêm, para que a reunião seja reconvocada, e disse que gostaria que
559 fosse esclarecida qualquer dúvida. A Conselheira Sônia questionou se os recursos e documentos
560 estão à disposição, se os conselheiros tem acesso. O Conselheiro Décio respondeu que os
561 recursos são de posse da Comissão Eleitoral e que se alguém quiser recorrer deve ir à Comissão



562 Nacional, e que não cabe aos conselheiros interferir no processo eleitoral. O Coordenador
563 Maurício esclareceu que esses documentos são de certa forma públicos, pois os responsáveis
564 pelas chapas tem acesso a esses documentos no módulo eleitoral. No relato da **Comissão de**
565 **Conta e Atos Administrativos**, o Conselheiro André comunicou que não esteve presente na
566 reunião da comissão, muito em função do falecimento do seu pai na semana passada, e nesse
567 contexto agradeceu a todos que lhe enviaram mensagens de apoio, passando a palavra para o
568 Conselheiro Giovani. O Conselheiro Giovani, coordenador adjunto da comissão, agradeceu o
569 Conselheiro André pelo empenho e dedicação de um conselheiro comprometido com o Conselho,
570 que mesmo passando por um momento familiar difícil, em função da não possibilidade de sua
571 suplente participar da reunião, se faz presente nesse momento importante para o Conselho.
572 Relatou que foram aprovados os relatórios gerenciais, financeiro e administrativo, e que houve a
573 recomendação de elaborar um documento formal com respostas às reivindicações dos
574 empregados do CAU/SC, levando em consideração as questões orçamentárias, as
575 responsabilidades fundamentais do Conselho e também a preocupação com a motivação dos
576 empregados, o qual deverá ser apreciado pelo Setor Jurídico. Disse que no documento, as
577 respostas às questões de natureza trabalhista e salarial devem ser embasadas na CLT –
578 Consolidação das Leis Trabalhistas, no PCCS – Plano de Carreira, Cargos e Salários e no Edital
579 001/2013 – Concurso Público destinado a prover vagas no Quadro de Pessoal do CAU/SC.
580 Informou que existem quatro portarias a serem analisadas, que foram distribuídas para análise,
581 sendo duas de responsabilidade do Conselheiro Décio e duas do Conselheiro Giovani. No relato
582 da **Comissão de Ética e Disciplina**, a Conselheira Sônia ressaltou a importância do Encontro
583 Anual, do tema e dos debates. Disse que o Código realmente tem que ser divulgado, porque ele
584 ainda é pouco conhecido, e deve ser apresentado como um orientativo de comportamento,
585 inclusão na sociedade e uma nova postura do profissional. Saliou que o formato do evento foi
586 fantástico. A Conselheira Fátima falou que a comissão fez a avaliação do Seminário de Ética, que o
587 próprio formato de videoconferência é uma boa indicação, pois evita gastos e atinge diversos
588 municípios. Disse que a comissão está enfrentando problemas, que na plenária passada foi
589 solicitado que o Advogado Guilherme trabalhasse exclusivamente com a Comissão de Ética, o
590 que não aconteceu, e que resultou no pedido de demissão do Advogado Guilherme. Deu boas-
591 vindas à advogada Isabel, mas ressaltou que ela está chegando agora, e por esse motivo vai ter
592 um pouco mais de dificuldade nos procedimentos, manuseio e trato dos processos. Enfatizou
593 que a Advogada necessita trabalhar exclusivamente com a Comissão de Ética até a próxima
594 plenária, para que sejam encaminhados todos os processos advindos do CREA/SC que ainda
595 estão pendentes. Assim, deliberou, por motivo da alteração do quadro funcional, que a nova
596 Analista Jurídico Isabel Leal Marcon deve desempenhar sua função exclusivamente para a
597 comissão de ética até o término dos encaminhamentos dos processos advindos do CREA/SC.
598 Relatou que existem onze editais que deveriam ser feitos desde a plenária anterior e não foram
599 feitos, deliberando pela elaboração de um edital público que contemple os onze processos,
600 deixando e a cargo do gerente geral, e com prazo de uma semana. A Conselheira Sônia ressaltou
601 que os encaminhamentos da Comissão de Ética não tem sido tratadas com a importância que
602 deveriam e que as deliberações não têm sido atendidas. O Presidente Ronaldo explicou que a
603 comissão não delibera sobre questões administrativas e antes de qualquer encaminhamento a
604 plenária o ideal é avaliar administrativamente a viabilidade de como atender. Lembrou que o
605 CAU/SC não possui espaço reservado como solicitado, que em função das eleições, o CAU/SC
606 ficou sem advogado para os tratamentos jurídicos e pareceres, que já há um processo para
607 contratação de outro advogado, e que não é má vontade de atender essas questões. Disse que são
608 questões importantes que precisam de tratamento e que há um contexto a verificar e as
609 condições para atendê-las. O Conselheiro Ciarini solicitou espaço para um relato como membro
610 da comissão, disse que lamenta dizer, mas sobre a questão do simpósio, disse que a organização
611 pecou muito, que havia um conteúdo muito importante, palestras muito importante, para um
612 plenário vazio, só para os próprios conselheiros e disse que julga que não cumpriu sua função, e
613 disse que deve haver um aprendizado nesse sentido. Registrou a atitude do Conselheiro Bonetti



614 na época, naquele momento, em cima da plenária, levando para questões particulares. Assim,
615 disse que não julga que foi um simpósio que mereceu todos esses louvores que estão dizendo,
616 mas que como aprendizado vale sempre. Disse que a despedida do advogado Guilherme, está
617 sendo dada, agora que estava engrenando nos processos, que estava conseguindo entender e
618 fazer os caminhos, pela questão do ambiente conhecido pelo CAU, que está em reformas,
619 precisava de uma outra condição, e o fato de não ter sido dada, talvez foi o que causou a
620 demissão, mas disse que não sabia, que não vem a questão, e que o *time* foi perdido novamente.
621 Deu boas-vindas à Advogada Isabel e fez o pedido à plenária, que deliberem, observem esse
622 assunto, para que a Assessora Isabel seja destinada com pelo menos, não exclusividade, mas que
623 ela cumpra preferencialmente todas as atividades da Comissão de Ética antes de outras
624 atividades afins. No relato da **Comissão de Ensino e Exercício Profissional**, o Conselheiro
625 Bogoni disse lamentava que pela segunda vez não havia nenhum relato a ser projetado em tela,
626 por uma questão interna que deve ser resolvida e registrou que não gostou da maneira que está
627 sendo tratado. Relatou que foram analisados dezesseis processos de Registro Profissional e
628 cento e quarenta e cinco processos de Registro de RRTs Extemporâneos, e aprovados dez editais
629 de citação/intimação referentes a processos fiscalizatórios com tentativa de citação frustrada
630 por correio, que serão reencaminhados para seus devidos endereços. Relatou que a Gerência
631 Técnica levou à discussão da CEEP-CAU/SC quatro questionamentos sobre atribuição
632 profissional com as seguintes atividades técnicas: produção industrial de tubos de concreto;
633 elaboração de laudos técnicos referentes a testes em estacas (fundações profundas); projeto,
634 execução e fiscalização de exaustão forçada, tipo coifas de cozinhas industriais, e diagnóstico
635 ambiental. Informou que a comissão concluiu que é inviável ao CAU/SC discutir cada currículo
636 acadêmico e determinar a competência de cada profissional para desenvolver as atividades
637 previstas na Lei Federal nº 12.378/2010 e, regulamentadas pela Resolução CAU/BR nº21/2012.
638 Disse que a solução encontrada foi orientar os profissionais a agirem conforme sua competência,
639 adquirida na formação acadêmica e em cursos de pós-graduação. E que conselheiros da CEEP-
640 CAU/SC orientaram a Gerência Técnica a responder aos questionamentos informando as
641 atribuições dos Arquitetos e Urbanistas previstas na Lei Federal nº 12.378/2010 e,
642 regulamentadas pela Resolução CAU/BR nº21/2012, e alertá-los para o cumprimento do
643 previsto no Código de Ética e Disciplina: *“1.2.5. O Arquiteto e Urbanista deve declarar-se impedido
644 de assumir responsabilidades profissionais que extrapolem os limites de suas atribuições,
645 habilidades e competências, em seus respectivos campos de atuação”*. Relatou que foi sugerida
646 pelos Conselheiros uma maior aproximação da Gerência Técnica com o Conselheiro Federal
647 Francisco de Oliveira, Coordenador da CEP-CAU/BR, para tratar de dúvidas sobre atribuição
648 profissional, e desta forma, auxiliar na elaboração dos Pareceres Técnicos. Disse que foi
649 apresentada a proposta de Deliberação CEEP-CAU/SC, com as alterações solicitadas na 3º
650 Reunião Extraordinária CEEP-CAU/SC, do dia 03 de novembro de 2014, que define os requisitos
651 que serão exigidos pelo CAU/SC para aprovação da Certidão de Acervo Técnico com Atestado, e
652 que mote desta deliberação foi um caso de tentativa de falsificação de documentos para
653 obtenção de CAT com atestado no CAU/SC. Deliberação aprovada com as devidas alterações.
654 Informou que se deliberou pela indicação do Conselheiro Marcos Jobim como membro
655 representante da CEEP-CAU/SC na comitiva composta por representante de cada Comissão
656 Ordinária, pelo Presidente Ronaldo de Lima e pela Ouvidora Rosana Cervo, para levar ao
657 CAU/BR as pendências junto ao CAU/SC. Relatou que foi aprovada a proposta de nomes para
658 constituir a Comissão Julgadora do Prêmio para Estudantes de Arquitetura e Urbanismo de
659 Santa Catarina 2014. Informou que regularidade dos componentes foi verificada anteriormente
660 pela Gerência Técnica referente ao registro profissional ativo, inexistência de notificações e
661 autos de infração ativos e anuidades em dia, e estando todos regulares com o CAU, os
662 conselheiros aprovaram os nomes Gilson José Paranhos de Paula e Silva, Tiago Holzmann da
663 Silva, e Rael Belli, como jurados titulares e os nomes Alexandre Gobbo Fernandes e Diego Minks
664 Rossi Fermo como seus suplentes. No Relato da **Comissão Temporária de Patrimônio**, o
665 Coordenador Leonardo informou que o andamento da obra está dentro do prazo, que na semana



666 seguinte acabará a primeira etapa e que até o dia vinte e dois de dezembro será entregue a obra
667 concluída. No Relato da **Comissão Temporária de Políticas Urbanas**, o Coordenador Adjunto
668 Leonardo informou que o principal assunto discutido foi que a comissão tem que ser mais
669 abrangente e que deveria ser ordinária, devido a sua importância. Disse que foi mapeado onde
670 há Conselho de Cidades em Santa Catarina, e que será feito um contato para que o CAU/SC esteja
671 representado em todos eles. Disse que foi feito um mapeamento de todos os municípios que
672 possuem RRTs de Plano Diretor, e que a comissão está esperando uma resposta do CREA/SC
673 quanto à solicitação de ARTs relativas aos planos diretores. Informou que a comissão deliberou
674 por verificar a relação dos representantes do CAU/SC e os seus relatórios e por montar um plano
675 de ação para o próximo ano. No relato da **Comissão Temporária de Comunicação**, o
676 Coordenador Marcos Jobim relatou que o plano de mídia de valorização profissional iniciou essa
677 semana, com a frase de destaque “ARQUITETO FAZ A DIFERENÇA”, que busca uma frase de
678 impacto junto à sociedade, para chamar atenção do papel do arquiteto como desenhador da
679 cidade. Disse que acha importante que o CAU/SC amplie e dobre o orçamento da comunicação a
680 cada gestão, que o investimento é necessário, pois sem informar a sociedade sobre o papel do
681 arquiteto, isso não acontecerá ao longo do tempo, as pessoas precisam saber o que o arquiteto
682 faz. Disse que se decidiu por não fazer um plano de mídia da gestão, que este foi ampliado até
683 julho do ano de dois mil e quinze, para que os conselheiros da próxima gestão possam ter um
684 plano de mídia em andamento até se organizarem. Enfatizou a importância de não fazer projetos
685 de grupos de gestão, de espaço de tempo, que os projetos devem que ser pensados em longo
686 prazo. Disse que a comissão decidiu por represar dois meses o plano de mídia em função das
687 eleições, para evitar confusões com as chapas, embora o cronograma fosse um mês antes das
688 eleições, e que então, até julho do ano que vem está correndo pelo estado o plano de divulgação
689 do CAU/SC veiculado a partir de Banners, *Busdoors*, *Facebook*, e outras mídias. Disse que haverá
690 uma palestra com o Arquiteto Índio da Costa no Dia do Arquiteto, e que a comissão pediu para
691 que a entrega das fotos dos fotógrafos contratados pelo CAU/SC fosse feita a partir de um
692 produto como um CD ou um pen drive, como forma de certificar o pagamento. Informou que se
693 deliberou por dobrar o número de adesivos de cinco para dez mil, a serem enviados em uma
694 ação do Dia do Arquiteto a todos os profissionais, junto a uma carta de comemoração deste dia.
695 Informou que a agência de publicidade fará uma peça gráfica para o cartão de natal e que se
696 deliberou por dobrar o orçamento da comissão para o próximo ano. Falou da Primeira Mostra de
697 Cinema de Arquitetura, que acontecerá em dezembro, na Fundação BADESC, com a projeção de
698 três filmes, aberto à sociedade. Enfatizou que a comunicação do Conselho com a sociedade é o
699 que vai fazer com que se melhore a imagem do arquiteto perante todos, a valorização do
700 profissional, que fará com que a sociedade entenda o papel do arquiteto, e não uma ação apenas
701 entre arquitetos, que é o que costuma acontecer. No relato da **Comissão Temporária de**
702 **Honorarias**, o Conselheiro Giovani relatou que a comissão cumpriu todo um rito, que foram
703 conduzidas e processadas todas as etapas pertinentes à escolha dos arquitetos e instituições
704 contemplados. Informou que a premiação ocorrerá no dia quinze de dezembro, Dia do Arquiteto,
705 no Teatro Álvaro de Carvalho, onde haverá uma sessão solene, juntamente com a entrega da
706 Premiação do TCC. O Conselheiro Giovani solicitou e o Presidente citou os escolhidos, por
707 categoria: Contribuição Profissional do Arquiteto e Urbanista - Moyses Elizaldo da Silva Liz;
708 Contribuição Profissional do Jovem Arquiteto e Urbanista - Mariana Morais Luiz; Contribuição
709 Honorífica - UNIVALI e; Contribuição Benemérita - Egon Belz. O Conselheiro Giovani informou
710 que comissão deliberou que o Presidente ligue para os escolhidos de cada categoria para avisá-
711 los e convidá-los sobre a premiação e por elaborar o desenho de um convite para o dia do
712 arquiteto, que deverá ser encaminhado até o dia trinta de novembro, diretamente para o mailing
713 dos arquitetos do CAU/SC. O Conselheiro Giovani relatou, como coordenador da extinta
714 Comissão para o Concurso Público, que o CAU/SC venceu o processo do Sindicato das Autarquias
715 e que hoje o Conselho não há nenhuma fragilidade jurídica quanto a contratação dos
716 funcionários por CLT, que já foi transitado em julgado, que o processo terminou, e parabenizou
717 todo o empenho e trabalho do Advogado Gustavo para esse resultado positivo. No relato da



718 **Comissão Temporária de Preparação do Seminário das Cidades Democráticas e**
719 **Metropolitanas**, o Conselheiro Giovani informou que não houve reunião, mas salientou que o
720 evento ocorrerá dia dezenove na Assembleia Legislativa, com apoio da Secretaria de
721 Planejamento do Estado, Secretaria de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Governo do
722 Estado e da ALESC. Informou que o evento tem por objetivo motivar a discussão entre os
723 prefeitos da Grande Florianópolis e entidades que se envolveram no processo de criação dessa
724 autarquia, a iniciarem uma discussão sobre a gestão integrada dessa região. Disse que a ideia é
725 que esse evento possa servir de base para que outras regiões metropolitanas sejam criadas pelo
726 estado, em áreas conturbadas importantes como Joinville, Blumenau e Criciúma, por exemplo.
727 Explicou que haverá uma palestra magna e duas mesas de debate, e que as inscrições podem ser
728 feitas pelo site. A Conselheira Sônia questionou qual autarquia. O Conselheiro Giovani explicou
729 que o Governo do Estado criou uma autarquia, que foi aprovada na Assembleia legislativa e está
730 submetida à sanção do governador, que em função do tempo eleitoral ainda não sancionou, mas
731 que deve ser sancionada do início do próximo governo. O Arquiteto Índio questionou se existem
732 critérios definidos e divulgados para a premiação de honorarias. O Conselheiro Giovani explicou
733 que existe uma portaria que define critérios, ordenando desde as indicações até a escolha dos
734 contemplados. O Conselheiro Décio pediu a palavra e disse que, com relação às portarias
735 encaminhadas a ele para análise, já analisou as minutas referente à frequência, pontualidade,
736 concessão de férias dos empregados e dá outras providências; e da outra que define
737 procedimentos administrativos referentes às compras, contratos e licitações. Salientou os
738 pontos mais importantes, disse que recomenda a publicação, e que ambas as portarias podem
739 ser encaminhadas para análise do Presidente. No item **7. APRESENTAÇÃO E VOTAÇÃO**, o
740 Presidente submeteu à **aprovação plenária os nomes dos contemplados na Premiação de**
741 **Honorarias**, sendo: Contribuição Profissional do Arquiteto e Urbanista - Moyses Elizaldo da Silva
742 Liz; Contribuição Profissional do Jovem Arquiteto e Urbanista - Mariana Morais Luiz;
743 Contribuição Honorífica - UNIVALI e; Contribuição Benemérita - Egon Belz. Os nomes foram
744 aprovados por unanimidade com os votos dos Conselheiros Ademir Bogoni, André Serafim,
745 Giovani Bonetti, Marcos Jobim, Cezar Ciarini, Sônia Roese, Décio Góes e Fárida De Mira. O
746 Conselheiro Jobim ainda deixou sua indicação para o nome do Arquiteto Hanz Bros para a
747 próxima honraria, pois julga seu trabalho muito importante para Santa Catarina. A Conselheira
748 Fárida solicitou revisão do regulamento para o fato de que um nome não pode ser indicado para
749 duas honrarias seguidas, ficando a participação do profissional vetada por seis anos. No item **B.**
750 **Substituição dos representantes do CAU/SC no Conselho Estadual das Cidades**, o
751 Presidente questionou se alguém teria interesse em participar, mas ninguém se propôs, nem fez
752 a indicação de nenhum nome, e o Conselheiro Giovani Boneti sugeriu que fosse encaminhado
753 para a Comissão de Políticas Urbanas, para que a comissão indicasse os nomes. Com todos
754 favoráveis com a sugestão, não foi necessário encaminhar para votação. No item **C. Ato oficial**
755 **de inauguração da sede, encerramento dos trabalhos da gestão e posse dos novos**
756 **conselheiros no dia vinte e seis de dezembro**, o Conselheiro Giovani lembrou que de acordo
757 com o regulamento eleitoral a diplomação deve ocorrer antes. Sugeriu que ocorra o ato de
758 inauguração da sede sim, mas disse que a diplomação deve ficar dentro do calendário eleitoral,
759 que seja feito um evento de finalização dos trabalhos da gestão e um ato oficial de inauguração
760 da sede. O Presidente disse que até o momento então são três datas: uma para a diplomação,
761 outra para a Reunião Plenária e Cerimônia de Honorarias, e outra de inauguração da sede, que por
762 uma questão de cronograma, deve ser a partir do dia vinte e dois de novembro. O Conselheiro
763 Giovani sugeriu que fosse solicitado à Comissão Eleitoral que a diplomação seja no dia quinze, na
764 reunião plenária, e realizando apenas um momento simbólico na Cerimônia de Honorarias, para
765 homenagear os conselheiros dessa e da próxima gestão. O Advogado Gustavo explicou que a
766 diplomação deve atender a Resolução 81, e sugeriu uma consulta à Comissão Eleitoral Nacional,
767 para que os eventos se concentrem no dia quinze de novembro. O Presidente encaminhou para
768 votação que seja feita a consulta à Comissão Eleitoral para ver a viabilidade da diplomação
769 ocorrer no dia quinze, caso contrário, ocorrerá dia doze de dezembro. O Advogado Gustavo



770 alertou que em função das demandas que a Comissão Eleitoral tem pendente, essa consulta pode
771 prejudicar os trabalhos de Santa Catarina, e sugeriu cumprir o calendário eleitoral, fazendo a
772 diplomação no dia doze, com um ato simbólico na plenária do dia quinze. O Conselheiro Giovani
773 concordou com a ideia. O Suplente Sérgio Oliva lembrou que pode ser muito oneroso para o
774 conselho pagar diárias nos dias doze e quinze a todos os conselheiros. O Advogado Gustavo
775 lembrou que o ato oficial é a diplomação, e que no dia quinze pode ser feito um convite sem
776 remuneração aos novos conselheiros. O Presidente encaminhou para votação a diplomação no
777 dia doze de dezembro, que foi aprovada com a maioria dos votos, dos Conselheiros André
778 Serafim, Giovani Bonetti, Marcos Jobim, Sônia Roese, Décio Góes e Fárída De Mira, e abstenção
779 dos Conselheiros Ademir Bogoni e Ciarini. Com relação a posse no dia vinte e seis de dezembro, a
780 Conselheira Fárída disse que é contra qualquer atividade no dia vinte e seis de dezembro, onde a
781 maioria dos funcionários públicos estão de recesso, lembrou que até os prefeitos tomam posse
782 dia primeiro de janeiro. O Advogado Gustavo explicou que, em consulta ao CAU/BR, a posse fica
783 a cargo do CAU/UF, que é uma questão regimental, e explicou que conforme o regimento do
784 CAU/SC, ao menos o Conselheiro mais velho eleito, tem que tomar posse até o dia primeiro de
785 janeiro, para que este possa conduzir o Conselho até a primeira eleição. O Conselheiro Giovani
786 disse que independe disso, acha justo que a inauguração da sede seja ainda nessa gestão, pois foi
787 um trabalho árduo e uma grande contribuição de todos esses conselheiros. O Conselheiro Décio
788 sugeriu fazer a inauguração da data do dia vinte e nove. O Suplente Sérgio Oliva alertou quando
789 aos valores de hospedagem nesse período. O Presidente colocou as datas dos dias vinte e três e
790 vinte e seis de dezembro em votação. No dia vinte e seis votaram os Conselheiros Ademir Bogoni
791 e Sônia Roese. No dia vinte e três votaram os Conselheiros André Serafim, Giovani Bonetti,
792 Marcos Jobim, Décio Góes e Fárída De Mira. O Conselheiro Cezar Ciarini disse não ter preferência
793 por nenhuma data, que para ele era indiferente. Assim, com a maioria dos votos, foi aprovada a
794 inauguração da sede no dia vinte e três de dezembro. Com relação à posse dos novos
795 conselheiros, a Conselheira Fárída sugeriu que a posse fosse feita no mesmo dia. A Conselheira
796 Sônia, com a ausência momentânea do Presidente Ronaldo, encaminhou para votação a
797 diplomação e a posse dos novos conselheiros no dia doze de dezembro. Com a unanimidade dos
798 votos de Ademir Bogoni, André Serafim, Giovani Bonetti, Marcos Jobim, Cezar Ciarini, Décios
799 Góes e Fárída De Mira, a data do dia doze de dezembro foi aprovada para a diplomação e posse
800 dos novos conselheiros. O Conselheiro Giovani solicitou a palavra e disse que seria o
801 representante da CCAA na comitiva ao CAU/BR. A Conselheira Sônia explicou que se for em
802 Brasília, a Conselheira Fárída representará a CED, e se for em Florianópolis, a representante será
803 a Conselheira Sônia. O Conselheiro André pediu a palavra e anunciou que teria que se ausentar
804 da reunião, saindo em seguida. O Gerente Márcio explicou que para a comitiva há duas opções de
805 datas, ou dia vinte e seis de novembro em Brasília, ou dia vinte e sete de novembro em
806 Florianópolis, pois o Presidente Haroldo estará na cidade para a assinatura do convênio com a
807 UNICRED. No item **8. MANIFESTAÇÃO DOS CONSELHEIROS ESTADUAIS EM ASSUNTOS DE**
808 **INTERESSE DO PLENÁRIO**, o Conselheiro Décio solicitou uma reunião plenária extraordinária,
809 conforme falado no início da reunião e apoiado, propondo o dia vinte e oito para a sua
810 realização, para resolver qualquer pendência eleitoral que ainda exista. O Conselheiro Giovani
811 questionou a necessidade da realização de uma extraordinária, e quais são os outros temas a
812 serem discutidos em outra reunião, sendo que todos os pontos dessas denúncias já foram
813 tratados nessa reunião. Lembrou que é uma época difícil para todos, com muitos compromissos,
814 que é uma despesa extra para o conselho, em função de todos os eventos que ainda irão ocorrer,
815 e disse ainda que acha que não existe razão para uma extraordinária, pois todos os
816 questionamentos levantados foram dirimidos. O Conselheiro Décio respondeu que tem outros
817 elementos que foram apresentados e que ele gostaria de colocar. O Conselheiro Ciarini falou que
818 os nomes relacionados no pedido de convocação de plenária extraordinária por ele feito, tiveram
819 ciência ontem dos detalhes da convocação. Disse que não houve tempo de falar e apresentar
820 antes, pois foi protocolada no domingo. Explicou pelo vigor das provas e contundência que tem
821 essa denúncia, acham que deve ser esclarecido no plenário, para não serem coniventes, como



822 conselheiros, com essas questões. Disse que se comprovar aqui, deve ser observado, e resolvido
823 para não passar para a próxima gestão algo não resolvido. Ressaltou que pela consciência e
824 conhecimento que os outros conselheiros têm das provas da denúncia, é salutar fazer essa
825 reunião sim. O Presidente disse não entendeu, pois que se até agora se estava elogiando o
826 trabalho da comissão eleitoral pelo tratamento dado às denúncias, e agora isso está sendo
827 questionado? O Conselheiro Ciarini disse que não se trata da comissão eleitoral, se trata de atos
828 irregulares. O Presidente Ronaldo solicitou que o Conselheiro Ciarini manifestasse as
829 irregularidades. O Conselheiro Ciarini disse que só está sugerindo fazer uma reunião para
830 esclarecer isso, que não precisa ser num fórum interno para observar certas provas e denúncias
831 que tem, que a comissão eleitoral nem tem isso. O Conselheiro Giovani disse que acha que para
832 solicitar uma extraordinária é importante que se diga a razão disso, pois não vai ser uma reunião
833 extraordinária para se discutir a pauta quando abrir a reunião, é importante que se conheça o
834 teor da reunião. O Conselheiro Ciarini pediu a voz do Bogoni, do Décio, da Fátima e da Sônia, que
835 viram algumas provas das irregularidades do Conselho. O Conselheiro Décio disse que ouvindo
836 os questionamentos do Presidente e do Conselheiro Giovani, acha que eles tem razão, pois não
837 tem formalizada nenhuma denúncia. Sugeriu que pode ser requisitada a reunião, caso
838 formalizadas as denúncias. O Conselheiro Bogoni disse que até ontem não tinha conhecimento
839 de alguns pormenores dos motivos da solicitação da reunião, mas que após ter visto e escutado
840 algumas informações ficou muito preocupado e apreensivo com relação a alguns movimentos, e
841 que por esse motivo, agora, concorda a convocação da reunião extraordinária, pois coloca em
842 cheque o cargo de diretoria que ocupa, os documentos que sempre verificou e zelou, e que de
843 agora a diante seu desejo é que a reunião ocorra. A Conselheira Sônia disse que teve acesso
844 ontem a diversas informações que a deixaram bastante preocupadas, e que como diretora
845 administrativa, não tem nada formalizado, mas que tem muita coisa complicada que pode estar
846 acontecendo dentro do Conselho, que julga a extraordinária necessária, pois é uma pauta
847 específica. O Advogado Gustavo observou que no primeiro e-mail encaminhado para solicitação
848 de reunião extraordinária, as denúncias mencionadas dizem respeito ao processo eleitoral, que
849 está seguindo os trâmites previstos na Resolução 81, que não existe trânsito em julgado de
850 decisão nenhuma, e que qualquer medida que o plenário possa tomar antes de uma decisão
851 transitado em julgado por qualquer uma das comissões, pode ser extremamente temerária.
852 Lembrou que conforme relatado pelo Coordenador Maurício que houve um problema no módulo
853 eleitoral, os recursos das denúncias julgadas pela comissão eleitoral não tiveram os adotados os
854 procedimentos adequados, o que gera um atraso, ainda tem o contraditório, para depois haver
855 um julgamento da comissão nacional, pode extrapolar o prazo estipulado, do dia vinte e oito. O
856 Conselheiro Ciarini questionou o que o advogado considera temerário. O Advogado Gustavo
857 explicou que pelo que consta no e-mail se trata da abertura de um processo de sindicância, e um
858 processo de sindicância em razão de uma denúncia eleitoral que não teve o trânsito em julgado.
859 O Conselheiro Ciarini questionou no caso de haver provas e o Advogado Gustavo perguntou se as
860 provas são por parte de quem? Disse que se é uma denúncia eleitoral, não compete à plenária
861 analisar se a denúncias está adequada ou não, e sim aos órgãos competentes, que no caso são a
862 Comissão Eleitoral de SC e a Comissão Nacional. Explicou que por isso faz essa ressalva com
863 relação à temeridade do que pode ocorrer nessa plenária extraordinária, ressaltando que não
864 está dizendo que o desenrolar não deve ser averiguado, mas os prazos devem ser respeitados. A
865 Conselheira Sônia disse que por acaso vier a pedir uma sindicância será para averiguar atos
866 administrativos, que sua insegurança não é com relação ao processo eleitoral. O Arquiteto Júlio
867 Abreu questionou o que pode gerar um processo administrativo se as contas da entidade foram
868 analisadas e avaliadas pelo TCU, e se nada foi apontado, se uma sindicância de conselheiros pode
869 identificar alguma coisa. O Presidente explicou que teve o encaminhamento para o TCU, via
870 CAU/BR, referente ao ano de dois mil e treze. Disse que de qualquer forma, o que preocupa, é
871 que todos os questionamentos são de interesse totalmente eleitoral. Salientou que nada foi
872 recebido formalmente. Questionou porque os diretores nunca foram questionados ou alertados.
873 Disse que não tem conhecimento dessas questões, e que nada foi citado na reunião de diretoria.



874 Que os conselheiros estão sendo usados por conta de uma movimentação política. O Conselheiro
875 disse que por essa fala o Presidente não conhece o teor da coisa. O Conselheiro Décio disse que
876 acha que não deveria esgotar o assunto, que apenas quer uma relação de muita honestidade, e
877 que se for formalizada a denúncia, os seis conselheiros, que tem poder para isso, irão convocar a
878 reunião extraordinária. Falou que é para esclarecer questões administrativas, que no mínimo
879 servem para corrigir questões no futuro. Disse que a reunião é importante para não virar fofoca,
880 e que as denúncias devem ser formalizadas. O Arquiteto Júlio de Abreu questionou que, só estão
881 presentes arquitetos na reunião, por que nada pode ser dito, por que esconder? A Arquiteta
882 Fernanda Menezes disse que é arquiteta há mais de trinta anos, que ficou com uma dúvida com o
883 que está acontecendo, que não consegue compreender que em cima de uma coisa que não pode
884 ser dita, que apenas quatro conselheiros sabem o que é, está sendo solicitada uma reunião
885 extraordinária, em cima de uma coisa que não se sabe o que é, que para não correr o risco de se
886 tornar fofoca, ninguém diz nada. Disse que investiu seu tempo no período da tarde, para
887 participar da reunião, de uma coisa que ela acredita, e que se sente extremamente
888 desconfortável por fazer parte de uma parcela que não deveria estar ali escutando isso, pois não
889 pode ser dito. Disse que é para ser transparente, deve ser, e se não há nada formalizado, não
890 deve ser trazido para a reunião, e que julga ser leviandade ficar discutindo dessa forma. E
891 perguntou por que apenas alguns poucos conselheiros tem ciência do que está acontecendo, por
892 que poucos recebem, se todos não deveriam receber o mesmo teor. O Conselheiro Décio pediu
893 desculpas a todos por ter levantado esse assunto, disse que são questões administrativas, que
894 não precisa desgastar a categoria por questões internas, que deve ser discutido internamente
895 entre os conselheiros. Desculpou-se novamente, disse que não recebeu formalmente, que errou
896 de ter trazido dessa forma, e que gostaria de terminar a gestão com tudo esclarecido, que é a
897 pessoa que tenta resolver todos os problemas. O Presidente Ronaldo disse que de fato o
898 Conselheiro Décio sempre fez o papel de mediador e busca tratar as coisas com a isonomia
899 necessária. O Conselheiro Giovani corroborou com as palavras do Presidente Ronaldo, e disse
900 que acha que independente da plenária ou não, essas questões administrativas, se é que elas
901 existem, os conselheiros são reféns de uma estrutura, pois não são os conselheiros que estão no
902 dia-a-dia, não é o Presidente, nem os Diretores, muito menos o Vice-Presidente que tem sido
903 bastante ausente sempre. Disse que se houvesse o comprometimento de realmente ter a retidão
904 em todas essas questões, eticamente, o vice-presidente teria que ter trazido para o conselho
905 diretor, e tentado resolver. O vice-presidente tem a obrigação de avisar o Presidente que alguma
906 coisa está errada, se algum funcionário está tendo alguma atitude que não é condizente com o
907 cargo que ocupa. Disse que o momento eleitoral não é o momento, e questionou a verdadeira
908 intenção dessas denúncias. Ressaltou que teve sua imagem denegrida, como também de outras
909 pessoas, quem tem provas disso, e que nunca usou o Conselho para benefício pessoal. Disse que
910 é uma intenção eleitoral, e que usou o nome de conselheiros para convocar uma reunião
911 extraordinária, sem a anuência dos mesmos, o que é ilegal. Sugeriu que as denúncias sejam
912 encaminhadas oficialmente ao Presidente para que sejam tratadas junto ao Conselho Diretor,
913 para que assim, se necessário seja convocada a reunião extraordinária, caso contrário é um ato
914 político e eleitoral, pois não tem a intenção de resolver o problema, e sim questionar a
915 idoneidade das pessoas. Ressaltou que garante que nenhum dos conselheiros tem culpa de
916 algum problema administrativo que houve. O Conselheiro Ciarini disse que se tem alguém que
917 tem lutado para esclarecimentos do que realmente é verdadeiro é ele. Disse que em função do
918 tempo e distância, foi esclarecido ontem aos conselheiros o que estava ocorrendo. Disse que
919 quer esclarecimentos e que não quer nenhum fator novo que não seja da realidade do
920 plenário, que quer transparência. Disse que não sabe o caminho melhor para que se esclareça
921 dentro do plenário, pois os conselheiros podem ser responsabilizados por alguns atos, que talvez
922 nem o Presidente nem o Conselheiro Bonetti sabe do que se trata, reafirmando que os
923 esclarecimentos devem ser feitos. O Presidente disse que precisa encerrar e que não está sendo
924 tratado de um assunto conhecido, e que apenas alguns poucos privilegiados sabem do que se
925 trata. O Conselheiro Giovani sugeriu que o Presidente solicite que as denúncias sejam



926 encaminhadas a ele antes de qualquer outra manifestação. O Presidente perguntou se há
927 possibilidade que esse material seja enviado. O Conselheiro Ciarini respondeu que esse material
928 está na denúncia protocolada. O Conselheiro Décio pediu desculpas mais uma vez, e se
929 comprometeu a juntar esse material para encaminhar a diretoria. O Conselheiro Bogoni explicou
930 que concorda com o Décio e disse que não repassou nenhuma informação na reunião da
931 diretoria em função da ausência da Conselheira Sônia. O Presidente Ronaldo de Lima declarou
932 encerrada a Trigésima Oitava Reunião Plenária do CAU/SC, às dezoito horas e quarenta e oito
933 minutos. Para constar, eu, Tatiana Moreira Feres de Melo, Secretária do CAU/SC, lavrei a
934 presente ata que será rubricada em todas as suas páginas e, ao final, assinada por mim, pelo
935 Presidente Ronaldo de Lima e pelos Conselheiros presentes, para que reproduza os efeitos
936 legais.

Ronaldo de Lima
Presidente do CAU/SC

Tatiana M. F. de Melo
Secretária do CAU/SC

Marcos Alexandre Jobim
Conselheiro do CAU/SC

Ademir Bogoni
Conselheiro do CAU/SC

Giovani Bonetti
Conselheiro do CAU/SC

André Luiz Serafim
Conselheiro do CAU/SC

Fárida Mirany De Mira
Conselheira do CAU/SC

Décio Gomes Góes
Conselheiro do CAU/SC

Sônia Suzete Roese
Conselheira do CAU/SC